



Admonet in somnis et turbida terret image.

Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

LISBOA 7 DE MAIO.

A ilha da Madeira pronunciou-se a favor da causa constitucional. A *Flôr do Oceano* não podia ficar indifferente nesta lueta de sangue, não podia deixar de correr a quinhoar do seu contingente de gloria na restauração das liberdades patrias.

O vapor inglez *Dwarka* trouxe-nos esta agradavel noticia, que o governo occultou, chegando a sua impudencia a ponto de declarar no *serviço de marinha* que o mesmo vapor vinha de Liverpool em 22 dias de viagem, quando vinha da Madeira em quatro, como se acha notado no livro da praça.

Um governo que assim começa por falsear os documentos officiaes nunta merecerá respeito, e só obterá o desprezo do paiz. Esta quebra de fé desvirtuará os seus actos mais sinceros, será um germe de desconfiança permanente, e matará esse governo que nasceu decrepito, e que virgem para todo o sentimento cavalleiroso, para toda a virtude politica, é já callejado na traficancia e nos crimes contra a moralidade publica.

A corveta *Oito de Julho* deixou o serviço do governo, e arvorou a bandeira nacional da junta do Porto; o *Royal Tar* foi tomado pela nossa marinha; o vapor *Porto* está ha muito ao nosso serviço; temos aprisionado muitas embarcações de guerra pequenas; a náu *Vasco da Gama* e a corveta *Iris* que eram os tubarões destinados para engolirem as forças maritimas liberaes, acabam de entrar a barra, de sorte que a junta do Porto está inteiramente senhora dos mares.

Diz-se que o commandante da náu officiára ao ministro respectivo dizendo que não respondia pela fidelidade da guarnição. Acreditamos isto; mas tambem acreditamos que a resolução foi tomada pelo receio de serem aprisionados aquelles dqs vasos pela esquadra do Salter.

Se no mar somos quasi os exclusivos dominadores, na terra não é menor nem menos seguro o nosso imperio. A capital acha-se sobre um volcão; as tropas sempre em armas; a artilharia no Castello com murrões accesos, e o espirito liberal é tão forte e tão pronunciado, que,

se dermos credito aos boletins cabralistas, nos acontecimentos de 29 de Abril tomaram parte muitos cabos de policia, e os agentes mais qualificados do governo.

Nas provincias o espirito liberal ainda se desenvolve com mais força e maior entusiasmo. O Algarve, Evora, Portalegre, Beja, Setubal na Estremadura, muitas povoações nas duas Beiras, Vianna, Braga, Villa Real e toda a provincia de Traz-os-Montes, Porto, ambas as margens do Douro, tudo isto sauda a bandeira constitucional da junta, e esses povos opprimidos pelo despotismo da cõrte levantam as mãos para o Céu, e pedem a Deos o momento da sua libertação.

Saldanha que partíra com uma brilhante divisaõ para conquistar o Porto, que avisára os estrangeiros do seu intuito, que marcára o prazo em que devia começar as suas operações, que ordenára bloqueios, publicára amnistias, fuzilára cidadãos, e commettera todos os excessos, pára e não ousa atacar: o seu exercito não cresce apesar dos centenares de recrutas que se lhe mandam, a área do seu dominio cada vez se torna mais pequena, não expede um correio que lhe não seja apanhado, não derrota uma guerrilha que não reapareça mais forte e mais vigorosa; Casal perde o Minho e Traz-os-Montes, e os atacantes já se julgam felizes em resistir neste ou naquelle ponto á revolução triunfante.

No Sul mandam-se generaes e columnas umas atraz das outras para aniquilarem uns poucos de populares a quem dão o nome de guerrilhas, e essas columnas sempre atacantes, sempre vencedoras, bem municiaadas, bem providas, ou acham alli a sua sepultura, ou fogem para Lisboa para recommencarem as suas operações sempre debaixo de novo chefe como se este podesse ganhar uma causa perdida, ou lutar contra uma torrente impetuosa de patriotismo que leva diante de si todos esses carrascos agaloados. As tropas da cõrte soffrem o tormento de Sysipho, volvem o penedo até ao cimo da montanha, e quando pensam terminada a sua tarefa, o penedo desprende-se e rola até o fundo do valle. A causa popular é como a do Evangelho; triunfa no meio dos martyrios, brinca da furia dos He-

rodes, sorri da sentença dos Pilatos, e até não a prejudica a traição dos Judas. Essas pobres guerrilhas não fogem das cohortes dos Cesares, e o logar-tenente das províncias do Norte fica sem tomar parte dos seus estados.

Bradámos em tempo a essa côrte sybarita e corrupta, e ella não nos ouviu; chorámos, e ella mofou das nossas lagrimas. Julgando-se vencedora não fallava senão na severidade da lei, e essa lei era a sua vontade caprichosa. A costa d'África era a nossa patria, a presiganga a nossa mansão ordinaria. Não tínhamos com as potencias estrangeiras relações senão as da comunidade de principios, não tínhamos a nosso favor senão o direito e a justiça. Os nossos embaixadores, os nossos representantes era essa imprensa illustrada, flagello dos tyrannos; era a verdade, emanação de Deus, que penetra através de todos os obstaculos, e que cedo ou tarde vence.

Em quanto a côrte nos reputou fracos não consultou senão a sua soberania, que chegava aonde chegava o seu poder. As supplicas das victimas não a commoveram, as representações das potencias estrangeiras, que se eram a nosso favor foram dadas no interesse della, desprezou-as. A prerogativa era tão ciosa e tão soberba que se julgou ferida com o direito de petição! Independencia, soberania, era a sua razão d'estado, era o movel do seu proceder; ouvir a representação d'um ministro estrangeiro a nosso favor era admittir uma interferencia vergonhosa, a que se oppõe o novo principio de não-intervenção professado pela Europa desde 1830.

As scenas mudaram, A rainha, que se reputava ser a mulher forte do Evangelho, era uma Magdalena politica antes do seu arrependimento, e por isso não pode pisar aos pés a cabeça do dragão. E lá ahi a requestar essa intervenção que desdenhára; aj-la ahi a estender o manto real para passarem por cima delle os ginetes de Castella; ei-la ahi a prometter metade da sua corôa á Inglaterra com tanto que a ajude a esmagar os cidadãos que não querem reconhecer o seu poder despotico.

Eis-aqui fica n'um quadro resumido o estado das nossas cousas — oppressão toda nacional; e quando queremos esmagar os oppressores, invocação á interferencia estranha!

Temos publicado a historia dessa mediação. Chamamos-lhe mediação porque os estrangeiros tem pejo de lhe darem outro nome. A côrte pediu-a porque se conheceu fraca, e as condições della seriam o nosso triumpho se fossem cumpridas com lealdade,

A côrte objectou que essas condições eram deshonrosas para ella, e por fim subscreveu á deshonra! Seria arrependimento do mal que tem feito? Seria desejo de poupar sangue? Nem uma nem outra cousa — é hypocrisia, e essa

hypocrisia revela-se pelos factos; — é nova traição que se premedita.

Temos cinco ministros, mas não temos ministerio. A rainha infringiu as regras na sua formação. Nenhum ministro combinou com os seus collegas, não ha programma, não ha pensamento commum. Ha uma circular do ministro do reino tão indecifrável em grammatica como em politica, é um verdadeiro amphiguri. Ha alguns maus procederes dos outros ministros. Ha um começo de perseguição mais feroz que a antecedente. Ha um requinte de crueldade e oppressão para com os presos. Ha uma devassa aberta no governo civil aonde se inquirim os prisioneiros de Setubal, da qual resultam as prisões dos liberaes. Ha finalmente uma politica a mais cabralista que a do ministerio antecedente.

E não podia deixar de ser assim. Os dous ministros principaes eram os fautores e instigadores do ministerio Cabral. As medidas reactionarias e liberticidas daquella fatal administração tiveram nelles decididos campeões. Pelo seu voto, pelo seu apoio foi o reino levado á crise em que se acha.

Mudaram cinco homens, mas a politica não mudou. Os agentes ou são os mesmos ou piores. O despotismo é por tanto o mesmo, e por isso peor — peor sim, por ser exercido pelos *parvenus* que pertendem sempre mostrar-se homens de estado pela violencia e brutalidade das suas providencias.

A paz com taes homens é impossivel; as condições com que no-la offerecem estão rotas e quebradas. A paz suppõe liberdade; e a liberdade quer garantias.

A mediação presuppõe como preliminares da paz um ministerio que não seja de Cabraes, nem dos homens de 6 d'Outubro; nem dos seus adherentes; e este é tudo isso.

A mediação presuppõe em vigor a carta constitucional, em vigor as garantias que ella concede; e o ministerio suspende-as.

A mediação presuppõe uma eleição livre, e com os assassinos de Porto de Móz, de Viana e de Alvarães não a pôde haver.

A mediação presuppõe o esquecimento do passado, annullação de todos os actos irritantes, a soltura de todos os presos; e o ministerio actual continúa nesses actos, e prende cidadãos com mais força e violencia.

Faltam-nos pois as garantias de paz. Essas garantias hoje estão nos homens. A carta não no-las dá; porque a carta existia em 6 de Outubro quando a côrte nos declarou a guerra. A garantia está nos principios, e os homens, são sempre, mas principalmente nas revoluções, os que representam esses principios. A garantia, pois, da paz e da liberdade é a nomeação d'um ministerio popular.

A mediação não pôde aceitar-se com outras

condições. Não queremos salvar as nossas pessoas, queremos salvar as liberdades publicas, a honra nacional, os juramentos que prestamos de morrer pela causa da patria.

Acceptamos a mediação ficando-nos a liberdade. Se no-la querem impôr, regeitamo-la. Desprezamos essas ameaças com que gente sem coração e sem cabeça nos quer intimidar; folgamos com essas alegrias dos boletins cabralistas que assoalham que o coronel Wilde nos *intimára* em Setúbal para não combatermos; preferimos essa intimação á victoria da côrte por esse preço!!! E ha um portuguez, ha um bando que declara isto á face do mundo; que fraco e cobarde se acouta á protecção estranha, e se apellida depois nacional para nos esmagar a nós que não temos senão as nossas convicções, e os nossos braços ao serviço dellas!

Se esse facto tivesse existido nós braçariamos aos populares que não consentissem no seu campo um homem que assim fosse fazer de quadri-lheiro, e que depois de se hospedar no paço, depois de viver na côrte, ia espreitar o campo inimigo. Se esse homem fosse cavalheiro tiraria a sua espada e a poria ao serviço da côrte militando no exercito de Vinhaes, mas não andaria acubertado com a bandeira ingleza a intrometter-se nas nossas cousas sem missão que o auctorise, sem responsabilidade que se lhe possa impôr.

Mas cremos que não é assim, ainda que isso fôra mais honroso para nós; e apraz-nos esperar que o cibo regio não fará esquecer áquelle cavalheiro o que deve a si, e á sua patria que não approva nenhuma interferencia, e só tolera uma mediação honesta e em termos habeis. Esperamo-lo; porque quando Saldanha, por ignorancia e velhacaria, attribuiu n'um officio áquelle commissario palayras que este não tinha preferido, o coronel Wilde exigiu immediatamente uma satisfação, que Saldanha logo deu, pedindo-lhe sómente que não a fizesse publica para lhe poupar a vergonha desta humilhação.

Quando o partido popular assim está superior em forças não é facil contenta-lo com sofismas. Não somos como a côrte que despresava todo o accordo nos dias do seu imaginado triunfo, e que aceita propostas deshonrosas nas horas da adversidade; não alteramos as nossas condições de paz, offerecemos as mesmas que offereciamos quando começamos a guerra — garantias de liberdade, que consistem em não entregar a revolução aos inimigos della.

A mediação hoje só tem por objecto salvar o throno compromettido, e nada mais. A isso é que tende a diplomacia, a isso é pelo menos que ella deve tender. Não cremos que faça outra coisa porque não o pôde nem o deve fazer. Temos por nós todo o mundo illustrado.

Só assim pôde acabar a guerra. Desafiaram as paixões das massas, é preciso socega-las; e

feliz a côrte se dando garantias de fidelidade se puder salvar. Muitas dinastias se teem sumido por muito menos. São estes os votos da Europa, e para que os façamos bem conhecidos concluímos publicando alguns artigos da imprensa de Londres e Paris sobre o assumpto. A côrte verá que o *Espectro* ainda tem sido menos exigente que os seus collegas, e que o povo portuguez ainda para áquem da meta aonde poderia chegar. Agradeça-nos esta moderação, e envergonhe-se de tanta malquerença, de tanto rançor como o que tem desenvolvido.

Diz o *Times* de 27 de Abril:

« Antes da chegada do vapor *Sidon* a Lisboa o aspecto dos negocios era tão ameaçador que o conde do Tojal declarou que a segurança pessoal da rainha e a tranquillidade da cidade podiam d'um momento para o outro ser compromettidas; e nestas circumstancias pediu ao almirante Parker, ao coronel Wilde, e a sir Hamilton Seymour que a soccorressem. Estes officiaes concordaram em dar protecção á pessoa da rainha e á propriedade britannica. As instrucções levadas pelo *Sidon* habilitaram sir Hamilton Seymour a offerecer a sua medição á rainha d'uma maneira mais directa. A côrte objectou á immediata convocação das côrtes, e pediu á Inglaterra modificação neste artigo das condições. Se isto assim é a rainha despresa as vantagens que podia colher do arranjo prompto dos seus negocios resistindo a uma concessão indispensavel. Dietz resolveu-se a deixar o palacio das Necessidades, aonde tinha representado um papel desgraçado para elle e para a real familia. Na verdade é tão miseravel a condição de seus reaes avós que se diz ser uma das razões de o conservarem no seu serviço o não poderem presentemente pagar-lhe as suas soldadas atrazadas!!!

« A asserção do *Journal des Debats* que o governo de França, Hespanha e Inglaterra tem decidido dar á rainha de Portugal uma cooperação effectiva sobre a base da quadrupla alliança não é exacta; pois nada tem sido mais claramente estabelecido pelo governo britannico do que « o tratado da quadrupla alliança não tem nada com as presentes dissensões em Portugal sem que D. Miguel dispute de novo a « corda de D. Maria. »

O *Dayly News* de 19 do mesmo mez diz:

« A rainha de Portugal em lugar de attender á representação do nosso ministro naquella côrte, despresou a, e mandou no porão d'um navio para as costas d'África os prisioneiros por quem nós intercediamos. A victoria contudo durou pouco, e D. Maria, que era naquelle tempo mais despotica e mais cruel para os seus subditos, e mais insultante para o seu alliado inglez, vio-se d'ahi a poucos mezes reduzida á extremidade, e como é do costume em taes casos procurou soccorro inglez. Houve uma pro-

messa deste soccorro até certo ponto. Esperamos que seja só para salvar a pessoa da rainha, mas nunca para defender ou sustentar o seu throno; porque isso seria sancionar a assumção do poder dictatorial, e a resolução, confessada n'uma proclamação, de reinar sem côrtes ou constituição. Tal acto da nossa parte produziria o effeito de tirar as armas das mãos dos constitucionaes portuguezes. A sua coragem e constancia abandona-los-hia. A sua libertação seria impossivel se se lhe oppozessem as armas da Inglaterra. E não lhes restaria senão entregarem-se á terna clemencia d'uma rainha que infallivelmente os transportaria para Angola, ou para algum deserto africano — mais cruel que Fernando VII, o qual se deportava liberaes para os presidios d'África, escolhia ao menos as estações mais saudaveis do Mediterraneo.

« Se assim fosse não só os liberaes, mas a propria rainha se deveriam queixar do procedimento vacilante e mysterioso da Grã-Bretanha. Se tivessemos determinado ha mais tempo que não se resistisse ao poder despotico da rainha, que nenhuma insurreição a favor dos direitos constitucionaes vingaria contra o direito divino da rainha teriamos poupado mezes de guerra civil, muito sangue, e proscricção. Se a rainha de Portugal hade ser o *hospedar* feminino que a Inglaterra, imitando a Russia sobre o Danubio, ha de sustentar em todas as usurpações sobre a liberdade dos seus subditos, ou a quem havemos de garantir das consequencias dellas, então era melhor dizer por uma vez aos constitucionaes portuguezes que não só não contassem mais com a nossa protecção, mas que os esmagariamos, proscreveriamos e desembarcariamos nossos marinheiros para os derrotar.

« Tal declaração d'uma potencia como a Inglaterra provavelmente reconciliaria os portuguezes com algum grau de escravidão. Só se admiraria porque rasão D. Miguel tinha sido expulso; pois se o despotismo deve ser a lei, e o throno despotico sacrosanto, seguramente D. Miguel é tão bom occupante como D. Maria.»

O *Commerce* de Pariz de 26 diz:

« Não podemos deixar de nos congratular com Portugal pela decisão que está a ponto de ir pôr fim á sua desastrosa agitação. Com tudo alguma cousa mais que o bem estar material do povo preoccupa o nosso espirito, é a sua liberdade politica. Receiamos que esta liberdade, pela qual Portugal tem feito tantos sacrificios fique compromettida n'um arranjo, no qual o partido da rainha se limita a revogar os actos criminosos que lhe causaram tão humilhante e tão justa derrota. Quem ha de garantir de novo a carta, as côrtes, as instituições constitucionaes

contra uma côrte absolutista, cuja má vontade, sempre constante, será exasperada pelo resentimento causado pela necessidade de aceitar uma composição forçada? Se as tres potencias que estão a ponto de interferir em Portugal cogitam sómente de livrar a rainha da sorte que ella mesma provocou, e de a defender contra a victoria de seus adversarios, a causa constitucional não aproveitará mesmo naquelle desditoso paiz os sacrificios que tem custado, e ficará como estava antes do ministerio Saldanha — n'um estado de ameaça e incerteza. Ainda mais — a guerra tem muitas vezes por justiça o castigo dos conquistados. Que merece um poder culpado de ter interrompido todas as relações da vida civil no paiz? A realeza foi alli estabelecida por um povo revoltado e por tres potencias para governar constitucionalmente. Esta realeza foi accommettida não sei por que sonho de dominação politica, e para realizar este sonho, esquece as mais sagradas promessas, todas as condições do seu estabelecimento e da sua existencia, e constringe todo um povo a lançar-se para defeza propria nos horrores d'uma guerra geral. Perguntamos — pôdem tantos males, um só dos quaes é bastante para constituir um criminoso ordinario, ser commettidos pela realeza sem ella ser cumplice neste crime moral? Se as tres potencias restabelecerem D. Maria em Portugal, receiamos que este restabelecimento seja só a consagração da impunidade n'uma ordem de cousas em que essa impunidade é mais perigosamente scandalosa — no exercicio do poder publico. Mas as velhas e remendadas dominações da Europa teem vertigem — não calculam, e com rasão, sobre o poder moral — imaginam que estão salvas quando teem por um momento a garantia da força material.»

Os nossos receios são como os da imprensa estrangeira; e para que elles não se realizem é que o povo não largará as armas sem garantias seguras de que as promessas da côrte serão cumpridas com lealdade.



À ULTIMA HORA.

Tivemos cartas e folhas do Porto até 29. Confirma-se a noticia do pronunciamento da corveta *Oito de Julho*. A guerrilha do miguelista Marcellino foi batida, e elle feito prisioneiro; a do padre João do Cano dispersou. Povoas estava na Regoa com uma divisão de 4 mil homens para passar o Douro — Traz-os-Montes está na obediencia da junta do Porto.

No numero seguinte daremos noticias mais circumstanciadas.